

## O COTIDIANO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

**Resumo:** Discute as influências do ideário neoliberal sobre as bibliotecas universitárias federais durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), bem com a educação superior brasileira daquele período. Toma como base a análise bibliográfica de estudos críticos ao neoliberalismo no âmbito mundial e nacional. Aponta que o período foi marcado pela consolidação da noção de gestão e eficiência no cotidiano das bibliotecas universitárias.

**Palavras-chave:** Educação superior. Bibliotecas universitárias. Governo Fernando Henrique Cardoso. Neoliberalismo.

**Angela Maria Moreira Silva**  
Doutoranda pelo Programa de Recursos Naturais (PRONAT) da UFRR. Bibliotecária da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil.  
[angelam7@uol.com.br](mailto:angelam7@uol.com.br)

**Elizabeth Maria Beserra Coelho**  
Doutora em Sociologia pela UFC. Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Brasil.  
[betahcg@elo.com.br](mailto:betahcg@elo.com.br)

## THE DAILY PRACTICES OF FEDERAL UNIVERSITY LIBRARIES ON CONTEXT OF NEOLIBERALISMO

**Abstract:** It discusses the influence of neoliberal ideology on Federal university libraries during Fernando Henrique Cardoso's Government (1995-2002), as well as on Brazilian Higher Education. Based on a bibliographic research on critical studies concerning neoliberalism at global and national levels, the study demonstrates that the period was marked by the consolidation of both notions of management and efficiency in academic libraries' daily practices.

**Keywords:** Higher Education. University libraries. Fernando Henrique Cardoso Government. Neoliberalism.

### 1 INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi marcada pela significativa modernização das bibliotecas universitárias (BU). Apesar das experiências bem sucedidas da década anterior, com o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), tal modernização foi impulsionada pela expansão das novas tecnologias e dos novos serviços demandados pela sociedade da informação.

Mas foi no âmbito das políticas governamentais que se pôde identificar um dos fatores que mais influenciaram a reconfiguração das práticas no cotidiano dessas bibliotecas: a

incorporação das atividades de gestão inculcadas pelo modelo neoliberal e que foram adotadas, principalmente, pelos governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002).

Este artigo discute as influências que o ideário neoliberal exerce sobre as bibliotecas universitárias federais, através das políticas direcionadas para a administração pública e para a educação superior brasileira. A discussão tem como pano de fundo as transformações ocorridas no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, durante esse período histórico. A análise fundamenta-se em estudos críticos ao neoliberalismo, os quais possibilitaram, ainda, discorrer sobre o cenário mundial e nacional em que esse modelo foi gestado e conduzido.

O presente estudo é um recorte de uma pesquisa sobre a história das bibliotecas universitárias federais da Região Norte, especificamente das bibliotecas das IFES criadas a partir da década de 70. Pretende-se contribuir para o entendimento dos fatores que levaram as IFES e suas bibliotecas a lidar com fenômenos como a precarização do trabalho, terceirização, privatização, gerenciamento e *governance*, qualidade, produtividade e avaliação institucional.

## **2 O IDEÁRIO NEOLIBERAL**

O neoliberalismo surgiu, em grande parte, da crise geral do capitalismo nos anos de 1970, particularmente do Estado do Bem-estar Social e do modelo fordista-taylorista de produção. É caracterizado pela intensificação do movimento de internacionalização, especialmente do capital financeiro, pela implementação de um modo mais flexível de acumulação capitalista e da adoção de políticas que preconizam o mercado como princípio fundador, unificador e autorregulador da sociedade global competitiva. Nessa perspectiva, diminuiu a participação do Estado, objetivando reduzir a esfera pública e ampliar a esfera privada, instituindo-se, assim, a precarização do trabalho (CATANI; OLIVEIRA, 2002).

Essa transformação estrutural foi incrementada a partir das vitórias do receituário neoliberal de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente. Apesar de já efetivada na América Latina, desde os anos de 1980, pela ditadura chilena, o Brasil incorporou o novo ideário somente na década de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), sendo aprofundada no governo de

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), na sua forma mais ortodoxa (PEREIRA, 2002; ANTUNES, 2006).

O período se caracteriza pela mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais, que reconfiguraram o setor produtivo, industrial e de serviços, bem com as relações do mundo do trabalho ou, como é mais conhecido o processo, a reestruturação produtiva (ANTUNES, 2006).

Antunes (2006) comenta, ainda, que a base dessas mudanças foi o toyotismo, modelo japonês difundido na década de 1980, que tem a microeletrônica digital como novo padrão tecnológico, em contraposição ao padrão taylorista-fordista, quando a produção tinha como pressuposto a especialização. O toyotismo difundiu a multifuncionalidade e polivalência que, na automatização da produção, impeliu o processo de trabalho intensificado.

A submissão às flutuações de mercado é outro forte padrão dessa nova fase. Se o mercado necessita, aumenta-se a produção e ampliam-se as contratações; se reduz a produção, aumentam-se as demissões, fazendo surgir uns dos traços centrais desse modelo: a informalização. Com isso as empresas tentam aumentar a rentabilidade, com o máximo de produtividade e com o mínimo custo, um número reduzido de trabalhadores, na maioria das vezes, subempregados (ANTUNES, 2006b).

As mutações que vêm ocorrendo no universo produtivo em escala global, sob o comando do chamado processo de globalização ou de mundialização do capital, vêm combinando, de modo aparentemente paradoxal, a “era da informatização”, através do avanço técnico-científico, com a época da informalização, isto é, uma precarização ilimitada do trabalho, que também atinge uma amplitude global. (ANTUNES, 2006b, p. 48).

Antunes (2006b) acrescenta que há de se compreender, portanto, os motivos das pressões que os países de economia dominante passaram a exercer sobre os governos nacionais, exigindo o ajustamento das legislações trabalhistas à acumulação flexível e que impulsionaram a precarização, a qual, tendenciosamente, chamaram de flexibilização do trabalho. Com a desregulamentação, o Estado abandona a intervenção nas relações de trabalho e os trabalhadores ficam totalmente a mercê dos empresários.

O trabalho, desprovido de regulamentação, levou à redução dos direitos sociais conquistados por duras lutas e implementados na fase do Estado de Bem-estar Social, o que implicou um retrocesso ao século XIX, onde os trabalhadores não tinham como se proteger da exploração abusiva da sua força de trabalho (BEHRING, 2003).

A precarização reduziu o emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, do trabalho temporário ou por subcontrato, e ainda do terceirizado, com contrato por tempo determinado e sem direitos assegurados, o que desencadeou uma onda de desemprego em níveis globais, atingindo até mesmo o Japão, o idealizador do toyotismo. Mészáros (2006, p. 27) faz um esboço das crescentes taxas de desemprego no mundo e afirma que “a ‘globalização’ do desemprego e do ‘trabalho temporário’ afetam até mesmo o mundo capitalista mais desenvolvido”.

Por outro lado, o Estado se retira da articulação trabalhista e contraditoriamente é pressionado a garantir a qualificação do trabalhador, defendida pelo discurso oficial como a aposta no combate ao desemprego. Essa linha de ação se coaduna com os princípios do toyotismo, cujas bases estão na produção informatizada e no qual “[...] o trabalhador passa a ser valorizado pelos seus saberes e pela diversidade de competências e habilidades que demonstram, fruto do alto investimento em qualificação, ainda que fosse para atender à demanda de mercado” (BARBOSA, 2004, p.15). Nessa perspectiva, a educação é vista como um motor que garante a geração permanente de energia, criando o chamado exército de reserva.<sup>1</sup>

Barbosa (2004, p.16) vai mais além quando afirma que essa lógica é vista com reserva até por economistas céticos e principalmente por educadores, haja vista que está implícita a exploração da força de trabalho e a mão invisível do livre mercado, que, em detrimento da educação integral de todos os homens, estaria dirigida a formar o “capital humano” que seria utilizado no desenvolvimento capitalista.

É evidente que não se pode desvincular a educação profissional do mundo do trabalho, mas também não se pode reduzir a práxis pedagógica à mecânica do trabalho; a formulação das políticas educacionais tem de transcender às estratégias meramente econômicas e focar-se no princípio de formação integral e integradora do indivíduo e dele com o ambiente, tendo como pilar de sustentação as demandas sociais e a função social das profissões, o fortalecimento da civilidade, da cidadania, e da democracia. (BARBOSA, 2004, p.16)

Para atender à demanda do mercado, o Estado diminui os recursos da educação formal básica e superior e investe na educação profissional e técnica, direcionando, ainda, recursos

---

<sup>1</sup> Conforme Karl Marx, em sua *Crítica da economia política*, a existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente das economias capitalistas, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva (BOTTOMORE, 2013).

públicos para o ensino privado que, por sua vez, só responde à demanda do mercado.

O discurso da desregulamentação, que sugere a ideia de negociação trabalhista em igualdade de condições entre patrões e empregados, e o discurso da qualificação para gerar condições de empregabilidade também foram utilizados como estratégias de passivização dos trabalhadores, com o objetivo de derruir sua identidade de classe. Aliadas ao desemprego e à queda dos salários, essas medidas reforçaram tendências individualistas, nas quais os trabalhadores veem-se compelidos a acumular dois ou mais empregos e, na maioria das vezes, subempregos, para garantir a manutenção de uma vida digna (ANTUNES, 2006; MÉSZAROS, 2006; POCHMANN, 2006).

Diante dessa problemática, Pochmann (2006) alerta que o aprofundamento da situação de baixos rendimentos diretos e indiretos, como salários, aposentadorias, pensões, remunerações, resultou em um maior número de pessoas no mercado de trabalho. Muitos aposentados e pensionistas continuam trabalhando, enquanto é cada vez maior o número de pessoas com menos de 16 anos entrando no mercado e, ainda, há um grande contingente de ocupados exercendo dois ou mais postos de trabalho, com jornada superior a 44 horas semanais.

Pochmann (2006) conclui que se houvesse uma distribuição funcional da renda e melhores condições de salários, essas pessoas liberariam o mercado e uma média de 17,2 milhões de postos de trabalho estariam disponíveis, diminuindo as taxas de desemprego.

O Brasil, no entanto, adotou esse caminho impulsionado pelas orientações do Consenso de Washington, arquitetado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e outras instituições ligadas ao sistema financeiro multilateral. Com esse cenário, foi incutido o conceito de *governance* que difundia a perspectiva de eficiência na cultura da administração pública, com a prática de rigorosas disciplinas fiscais, privatizações, diminuição de gastos públicos, reformas na previdência, abertura comercial e flexibilização das relações de trabalho (SILVA, 2003).

A resposta do Governo brasileiro a essas determinações é a instauração da Reforma do Estado, através do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), cujo discurso atestava que o serviço público necessitava de uma cultura empresarial, voltada para o controle de resultados, visando à qualidade e à produtividade, porque rígido, lento, ineficiente e sem memória administrativa (BEHRING, 2003).

Behring (2003) discute os vários pontos da Reforma, também chamada pelo Ministro

Bresser Pereira de *pacto de modernização*, que se iniciou com a liberação comercial, as privatizações, o programa de estabilização monetária (Plano Real) e a reforma da administração pública, também conhecida como a reforma gerencial do Estado:

a) A reforma gerencial visava à qualidade, à produtividade e à eficiência do serviço público e para tanto, redefiniu o papel do Estado, no qual serviços públicos, principalmente os ligados às políticas sociais, como educação superior, saúde, assistência social e outros, foram transferidos para o setor privado. Nessa perspectiva, proliferaram os serviços do terceiro setor, como as organizações sociais, ou ONG, as cooperativas e as fundações, faculdades privadas e, ainda, os trabalhos voluntários. Esta estratégia, conhecida como publicização, configura-se como a fase de incentivos à desprofissionalização dos serviços públicos e desresponsabilização do Estado no atendimento e na implementação das políticas sociais.

b) A abertura econômica e comercial passou a se voltar totalmente para o mercado, acompanhada de uma política industrial e tecnológica que fortalecesse a competitividade da indústria nacional. No âmbito das privatizações, foi desencadeada uma verdadeira campanha de mídia para legitimá-las e facilitá-las, alegando que as empresas estavam tendo prejuízos e eram ineficientes nas mãos do Estado. Da mesma forma, depois do primeiro ano de privatizações, a mídia alardeou que essas empresas tiveram desempenho altamente lucrativo, o que Behring (2003) desmistifica, afirmando que, depois do processo, houve o aumento de preços das tarifas de serviços, demissões antes e depois das privatizações, dívidas ‘engolidas’ pelo governo, facilidades oferecidas aos compradores, como empréstimos a juros baixos e compromissos dos fundos de pensão e das aposentadorias, também assumidos pelo governo.

c) Com a implementação dessas políticas, houve a diminuição brutal dos gastos em quase todas as áreas. Paulo Netto citado pro Behring (2003, p. 204) diz que, diante desse quadro, o que se viu foi “[...] um Estado mínimo para os pobres e os trabalhadores, e um Estado máximo para o capital financeiro [...]”, posto que houve uma diminuição dos investimentos em políticas fundamentais, enquanto a crise fiscal foi aprofundada pelos custos do parasitário setor financeiro, sustentado por altas taxas de juros.

### 3 AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO ÂMBITO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Conforme Chauí e Cardoso (2004), em meados dos anos de 1980, o Banco Mundial divulgou um relatório sobre as universidades da América Latina e do Caribe, no qual atestava que as instituições públicas eram improdutivas e ineficientes.

Os autores afirmam que o relatório propusera reformas com as seguintes orientações: transferência das decisões sobre pesquisas e suas avaliações para agências de fomento e para fundações privadas; recomendação de fomento a centros de excelência extrauniversitários ou interuniversitários; prioridade para cursos profissionalizantes e de curta duração; escolarização da graduação; privatização de cursos, tanto por meio de fundações e parcerias com empresas privadas, quanto por exclusão de determinados cursos nas universidades públicas e sua transferência para universidades privadas; subvenção pública às universidades privadas e seu rápido reconhecimento pelas agências de fomento; implantação da pós-graduação *lato sensu*, entre outras. (CHAUÍ; CARDOSO, 2004).

Era a ortodoxia neoliberal traçando caminhos para a educação superior nos países periféricos, sendo que no Brasil foi estruturado logo no início do primeiro mandato do Governo FHC, no Programa de Governo *Brasil: mãos à obra*. O discurso do Programa dizia que a educação era a base da estratégia de inserção do país no mundo globalizado. Acompanhando a Reforma do Estado, essa base levaria o Brasil à competitividade, eficiência e produtividade para, enfim, chegar à modernidade.

A reforma foi disseminada sob uma forte carga ideológica, a qual defendia a *doxa*, isto é, o que é bom para o mercado e para as empresas privadas é bom para os serviços públicos. Esta postura escamoteava as intenções do Governo FHC em desaparecer as IFES, induzindo-as a buscar recursos pela captação externa e pela comercialização dos serviços.

Houve, ainda, um movimento coordenado para levar as IFES a potencializar os recursos e a racionalizar o sistema de educação superior, ou seja, organizá-lo nos moldes dos princípios da produção capitalista, a fim de torná-lo mais eficiente, competitivo e produtivo.

A intenção era dar resposta ao novo estilo de desenvolvimento científico e tecnológico e às necessidades do capital produtivo, “[...] o que está em jogo é o mercado dos serviços educacionais” (LEHER, 2001, p.151).

Para Catani e Oliveira (2002), essas medidas de expansão efetivaram-se por intermédio

de centros universitários, faculdades integradas e instituições isoladas. Além disso, das 124 instituições criadas em 1999, mais de 95% eram particulares. De acordo com o Censo, o setor privado já respondia por 65% das vagas oferecidas no ensino superior brasileiro, o que evidencia uma tendência de concentração acelerada de oferta na rede privada.

Os autores trabalharam com dados de 1999 a 2001 e vaticinaram as consequências dessas políticas educacionais, projeções que, infelizmente, se concretizaram:

[...] Verifica-se ainda, que o crescimento da oferta se dá mediante a abertura de vagas em cursos relativamente baratos, ocorrendo nos cursos, nas cidades e nas regiões onde já há maior oferta de vagas e, ao que parece, pode estar implicando em perda de qualidade do ensino superior. (CATANI; OLIVEIRA, 2002, p.51).

Ao mesmo tempo em que propôs a ampliação das vagas e matrículas nas IFES, o Governo defendeu a necessidade de concentração de investimentos em algumas instituições públicas de alto desempenho, alegando que o sistema de distribuição, na prática, pulverizava os recursos e não contribuía para a qualidade. Tratava-se de universidades que já contavam com uma longa história de produção, bem como vocação e capacidades institucionais instaladas para a produção de pesquisa científica, mantidas em grande parte por recursos públicos, que teriam apoio das fundações para a pós-graduação e a pesquisa (CATANI; OLIVEIRA, 2002).

Essa perspectiva deixa clara a influência da nova divisão internacional do trabalho, em sua versão para a academia: o saber é exclusivo de uma elite que frequenta os centros de excelência, enquanto a maioria é treinada em cursos sequenciais e instituições de qualidade duvidosa, para o mercado de trabalho. Excluindo a formação do cidadão, a educação é reduzida a ensino superior voltado à qualificação para o trabalho (MENEGHEL, 2002).

Essas alterações alcançam de forma mais intensa as universidades federais consideradas de pequeno e médio porte, em razão delas serem ainda mais jovem (sic) e suas identidades estarem em processo de construção. Na verdade, pode-se dizer que suas configurações históricas e seus perfis no contexto local e no campo científico-universitário encontram-se em fase inicial de estruturação, tornando-se mais vulneráveis às determinações do Executivo Federal, aos sinais do mercado e aos processos de ajustamento em curso, de um modo geral, o que ocorre também porque se trata de universidades que possuem status acadêmico pequeno ou moderado no conjunto das federais, em razão do volume de capital que detém no campo científico-universitário. [...] (CATANI; OLIVEIRA, 2002, p. 54).

As afirmações dos autores se aplicam perfeitamente ao caso das IFES da Região Norte, que estavam em processo de estruturação física e de construção de uma identidade cultural e



científica. Amapá e Roraima, por exemplo, criadas a partir da Constituição de 1988, já sentiam fortemente as limitações impostas pelas ações neoliberais do Governo Federal e seriam duramente atingidas pela política de concentração de incentivos em outras regiões (SILVA, 2009).

Chauí e Cardoso (2004) lamentam que a cristalização das políticas liberalizantes tenha reduzido as discussões dos problemas universitários ao impasse por mais verbas e melhores salários. A palavra de ordem (alimentada pelos meios de comunicação) passa a ser o questionamento da gratuidade do ensino superior público. Tudo parece restringir-se a um problema de verbas, cuja discussão deixa na sombra outros problemas apontados por professores e estudantes. Para os autores, depois de mais de 15 anos de desqualificação das universidades públicas, é preciso renová-las e revitalizá-las.

Trata-se de propor o modelo de uma universidade *republicana* (e não mercantil) e *democrática* (e não formadora de elites). Sem essa perspectiva, de nada adianta a vinda de mais verbas, pois o modelo existente as destinará para reforçar-se e manter-se em vez de transformar-se. (CHAUÍ; CARDOSO, 2004, p.2)

Catani e Oliveira (2002) dizem que a reforma do ensino superior foi implantada sob duas bases: autonomia e avaliação. Para Chauí (2001, p. 216), essa autonomia significava o “gerenciamento empresarial da instituição” e previa que para cumprir as metas, a universidade pública tinha a “autonomia” para “captar recursos” de outras fontes, fazendo parcerias com empresas privadas, o que, para a autora, se configurava como uma confusão entre autonomia e autarquia, que impunha à universidade pública a se pensar como um órgão de administração indireta, gerador de receitas e captador de recursos.

A outra principal base da reforma foi a redefinição do relacionamento entre o Estado e o sistema de educação superior. O Estado aumenta a sua função de avaliador e regulador do sistema, em detrimento da sua função de mantenedor universidades gratuitas. Houve o estabelecimento de uma estrita avaliação da relação custo-benefício e de diversificação de suas fontes de financiamento, sobretudo mobilizando maior volume de financiamento ao setor privado (CATANI; OLIVEIRA, 2002; MENEGHEL, 2002).

O governo FHC instituiu um sistema de avaliação que privilegiou o ensino de graduação e que se articulava à política de expansão do ensino superior, que estava sendo construída no país. A avaliação seria a fonte de parâmetros para as tomadas de decisão e para a captação de recursos, conforme competências e potencialidades existentes em cada

universidade federal (CATANI; OLIVEIRA, 2002).

Para os autores, a finalidade principal do novo modelo de ensino superior era a expansão das vagas existentes, sendo a avaliação contínua a sua base de decisão. Seus indicadores norteavam a racionalização no uso dos recursos, a ampliação dos cursos e vagas e a flexibilização. A avaliação teve várias frentes de implementação em toda a estrutura acadêmica dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como na estrutura institucional administrativa.

Entre os instrumentos utilizados para a avaliação das universidades, estava o Exame Nacional de Cursos (ENC), que teria como função básica avaliar os conhecimentos e competências dos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação. Embora o governo afirmasse que os exames seriam utilizados para orientar as ações do Ministério, o que se sobressaía era a classificação das Instituições de Ensino Superior (IES) quando das divulgações anuais junto à mídia. Os resultados expunham negativamente a imagem dessas Instituições junto à sociedade, gerando expectativas de insegurança quanto ao fechamento ou descredenciamento de cursos e, até, das instituições (CATANI; OLIVEIRA, 2002).

Para Dias Sobrinho (2000), o programa implantou uma nova cultura institucional, visto que se expandiu rapidamente, devido a sua ampla aceitação no campo das universidades brasileiras. Na visão do autor, o sucesso das avaliações deveu-se às suas características de não vincular a avaliação com financiamentos, à adesão voluntária, à construção coletiva e participativa, à cooperação e ao sentido educativo e pedagógico, além de demonstrar respeito às identidades das universidades.

Catani e Oliveira (2002), por outro lado, afirmam que os resultados estimularam uma ampla competição entre as universidades e levaram muitas a estreitar laços com lideranças políticas regionais, que as levaram a fazer parte da indústria das emendas parlamentares, a intensificar a abertura de fundações para captar recursos e contratar pessoal, bem como aumentar o leque de serviços cobrados.

#### **4 O IMPACTO DO NEOLIBERALISMO SOBRE AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**

Como parte integrante do campo científico-universitário, as bibliotecas universitárias acompanharam as mudanças incutidas pela reforma gerencial. Também experimentaram os efeitos das contradições do novo modelo, posto que, por um lado, tiveram que se submeter

às exigências impostas pelo aumento da produtividade com a criação de novos cursos e a busca constante de resultados visíveis às avaliações do Ministério da Educação (MEC). Mas, por outro lado, sofreram com o achatamento salarial, com a diminuição do quantitativo de pessoal concursado, com a contratação de profissionais precarizados, terceirizados, e com o aumento da força de trabalho de estagiários e voluntários.

Além dos fatores de política interna, outros contribuíram para a adoção dos processos gerenciais ao cotidiano das bibliotecas universitárias, como os desafios condicionados pela globalização e informatização. Os serviços informacionais evoluíram para além da organização e disseminação de materiais impressos e passaram a incorporar as tecnologias de informação (TI), a arrolar acervos eletrônicos e a realizar atividades de educação e inclusão digital dos usuários.

Oliveira (2000) fez uma análise dos estudos e pesquisas realizados sob a égide das novas tendências mundiais da sociedade da informação e afirmou que, atualmente, as funções gerenciais são as que mais exigem atenção dos diretores de bibliotecas.

As funções gerenciais que exigem mais atenção dos diretores são: comunicação; delegação; pessoal; planejamento; desenvolvimento de políticas e estabelecimento de prioridades; avaliação; monitoria do desenvolvimento tecnológico; administração de mudança; administração de projetos de construção. Todos incluídos como funções 'internas'. As principais funções 'externas' apontadas foram: consórcio e convênios; relações inter-institucionais; e relações públicas e promoção. (COTTAN, 1994 apud OLIVEIRA, 2000, p. 34)

Esses novos desafios levaram os bibliotecários das BU a acompanhar as mudanças que ocorriam em todos os setores das universidades e a absorver rapidamente a influência neoliberal e sua noção de *governance*. A tendência é fortemente percebida, a partir da década de 1990, com aumento de cursos, de pós-graduação e de pequena duração, voltados para gestão bibliotecária e com a proliferação de artigos, teses e estudos sobre o tema (OLIVEIRA, 2000; VOLPATO, 2002; SEMINÁRIO..., 2004).

Percebe-se, entretanto, que os conteúdos desses estudos são marcados por uma supervalorização dos aspectos voltados para a qualidade e a produtividade dos serviços, com base na noção de modernização e de naturalização, numa postura de complacência e de aceitação da *doxa* oficial. É quase inexistente a contextualização do cenário político-econômico em que essas políticas foram geradas e há, ainda, uma tendência generalizada ao senso comum referente somente às benesses e não aos malefícios dessas reformas.

Para Birdsall, apesar do senso comum, faz-se necessário encarar criticamente essas ideologias.

[...] Os bibliotecários não estão, é claro, inconscientes de que este é um tempo de transformação social. Porém, eles evitam análises críticas a estas mudanças: ao contrário, eles têm adotado acriticamente a simplificação popular de uma mudança para uma sociedade da informação. [...] É especialmente importante neste momento que os bibliotecários se preocupem com as relações de poder corporificadas na economia e na organização política porque grande parte das políticas públicas governamentais de informação estão atualmente sob o encanto de uma ideologia da tecnologia da informação. [...] Há uma ideologia que promove fins econômicos em detrimento da vontade política e do poder da cidadania em geral. Essa ideologia promove a soberania do consumidor sobre a soberania do cidadão. Assim, denigre o valor de instituições públicas como a biblioteca e defende a transposição dos serviços que elas oferecem da categoria de bens públicos para a categoria de mercadorias a serem comercializadas no mercado [...]. (BIRDSALL, 2005, p.7)

Ribeiro e Cury (2007, p. 207) contribuem para a discussão quando afirmam que não houve um salto de qualidade nos fazeres dos bibliotecários, “[...] houve apenas e tão somente a inserção tecnológica no fazer biblioteconômico”. Ainda é presente a figura do bibliotecário não-leitor, aquele que só decifra códigos linguísticos, mas não consegue fazer uma leitura crítica a partir da leitura do mundo.

As mudanças nos padrões de financiamento, que impuseram a captação externa de recursos, também estruturaram uma nova prática por parte dos profissionais das bibliotecas universitárias, que passaram a fazer parte das concorrências para captação de investimentos. As inovações realizadas a partir dos anos de 1990, impostas pelos pífios resultados das avaliações do governo, só foram possíveis com esse novo padrão de atuação dos profissionais.

Dentre as mudanças implementadas pela reforma, as políticas de avaliação foram as que mais reestruturaram o cotidiano das bibliotecas universitárias, apesar dos processos avaliativos já estarem presentes desde a década de 1970, com as avaliações dos cursos de pós-graduação. Após a Reforma Universitária de 1968, as bibliotecas passaram a figurar como elemento obrigatório nas IES, sendo requisito essencial para autorização dos cursos. Na prática, porém, as bibliotecas ainda demorariam a ser reconhecidas como um instrumento coadjuvante do processo educativo universitário (LUBISCO, 2002; OLIVEIRA, 2004).

A avaliação da educação superior ganhou mais relevo na década de 1990, especialmente a partir do primeiro mandato do governo FHC (1995-1998), como um dos principais eixos da reforma na reconfiguração da natureza e da missão do ensino superior.

Para o governo, a avaliação seria a fonte de parâmetros para as tomadas de decisão e para captação de recursos, conforme competências e potencialidades existentes em cada universidade federal (CATANI; OLIVEIRA, 2002).

As bibliotecas foram inseridas no rol das dimensões a serem consideradas na avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação e nas avaliações para reconhecimento e credenciamento (LUBISCO, 2002). Mas, apesar de muitas estarem aquém dos padrões mínimos de qualidade, o Governo FHC se restringia a apontar as falhas, sem, no entanto, liberar recursos para melhorar a situação dessas bibliotecas (SILVA, 2009).

Diante desta postura do Governo Federal, as IFES passaram a investir nas suas bibliotecas utilizando recursos próprios captados através editais, convênios locais e emendas parlamentares, etc. (SILVA, 2009). Com isso, uma nova realidade se descortinava para as bibliotecas universitárias, pois passaram a ser ponto forte nas avaliações, o que promoveu uma maior visibilidade diante das suas universidades (LUBISCO, 2002).

As IFES direcionaram o olhar para as suas bibliotecas como estruturas institucionais que demandam estratégias como qualquer outra instituição. Superaram, assim, a condição de setor entregue à boa vontade desta ou daquela administração superior e perdido diante da falta de continuidade das políticas públicas (SILVA, 2009).

Com base na história das bibliotecas universitárias, podemos afirmar que essa realidade era inexistente. Havia certo abandono das bibliotecas dentro das IFES, com raras exceções, que contribuíram para proliferação de bibliotecas setoriais, como já afirmou Miranda (1978). Mesmo com a criação do PNBUS na década anterior, as bibliotecas não tiveram uma atenção tão prestimosa das suas IFES. Após as avaliações, as bibliotecas universitárias passaram a figurar como elemento fundamental nos planos e programas internos de suas instituições.

Tanto as universidades públicas como as particulares focaram investimentos nos indicadores avaliados pelo MEC, no caso, a estrutura físico-administrativa, como horário de funcionamento, informatização do acervo, do sistema de consulta e de empréstimo, política de atualização e quantitativo do acervo, participação em redes, equipamentos, pessoal técnico, salas especiais para estudo individual e em grupo (LUBISCO, 2002).

Os processos avaliativos tiveram grande impacto sobre a expansão dos acervos, da estrutura física e do desenvolvimento das TI. Foi durante a aplicação desses processos, que as bibliotecas instalaram seus sistemas de informatização, haja vista que a maior parte dessas

instalações concentrou-se na década de 1990 (CARVALHO, 2004). No âmbito da Região Norte, a maioria das bibliotecas finalizou a informatização depois do ano 2000 (SILVA, 2009).

No entanto, essas inovações tiveram êxito maior nas bibliotecas cujas universidades federais já tinham um histórico de funcionamento anterior à década de 1980 e suas estruturas já estavam bem articuladas. Nas bibliotecas da Região Norte, ocorreram poucas inovações, havendo até casos de decadência de bibliotecas durante esse período, como no Acre e Rondônia (SILVA, 2009).

Essas bibliotecas da Amazônia sofreram duramente as contradições da reforma gerencial, pois de um lado se exigia alto padrão de qualidade, mas do outro, dificultavam-se todas as possibilidades de atendimento às exigências das avaliações. Visto que, além de não liberar recursos para reverter a situação, o Governo Federal impediu a realização de concursos e incentivou programas de demissão voluntária (SILVA, 2009).

Em seu estudo acerca do desenvolvimento científico e tecnológico na Amazônia, Costa (1998) aponta como um dos problemas da Região o alto índice de evasão de cientistas. Silva (2009) detecta esse problema, também, no âmbito das bibliotecas universitárias, cujos Estados não possuem o Curso de Biblioteconomia. A maioria dos bibliotecários pediu transferência ou fez concursos para outras instituições.

A evasão de profissionais, o incentivo à demissão voluntária, a não realização de concursos e os baixos salários, estruturados durante o governo FHC, geraram graves problemas de carência de pessoal, que se configuraram, até o início do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), como um dos principais desafios das bibliotecas da Região Norte, condicionando a inexistência de serviços básicos característicos de bibliotecas universitárias e a baixa qualidade dos serviços existentes.

Diante de tal realidade, os poucos bibliotecários existentes nessas IFES, principalmente Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, além de assumirem as novas demandas gerenciais descritas por Oliveira (2000), acumularam as atividades técnicas e de atendimento, implicando na dificuldade de cumprimento de prazos, execução plena das atividades e qualidade dos serviços. Este fato leva a afirmar que nessas bibliotecas da Região Norte, a multifuncionalidade toyotista mostrou sua face mais perversa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período neoliberal exerceu grande influência sobre as bibliotecas universitárias brasileiras, pois, com a reforma gerencial no âmbito do serviço público, houve a preocupação em consolidar as práticas de gestão, através da noção de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços.

O período foi marcado, ainda, pela estruturação das políticas de informação ao cotidiano dos brasileiros, o que demandou das bibliotecas universitárias a incorporação definitiva das TIC, dos acervos digitais e das novas formas de educação dos usuários. Esses novos desafios fizeram com que os bibliotecários absorvessem rapidamente a influência neoliberal e sua perspectiva de *governance*.

A reforma gerencial, no entanto, condicionou a reestruturação produtiva no interior das IFES, expondo a sua face contraditória, pois exigiu o aumento de produtividade com altos padrões de qualidade, mas não liberou recursos para que se atingisse essa qualidade. Diminuiu, ainda, o número de funcionários efetivos, estruturou o achatamento salarial e a contratação de profissionais precarizados e terceirizados, além do aumento do número de estagiários e a utilização de trabalhos voluntários.

Essas medidas levaram as IFES a investir nas bibliotecas com recursos próprios. Contudo, não houve grandes investimentos na maioria das BU da Região Norte, o que dificultou a expansão e condicionou a estagnação dos seus serviços, pois ainda estavam em fase de estruturação e não dispunham de um histórico de atuação como as bibliotecas das demais regiões.

A adoção do neoliberalismo no campo científico-universitário ainda é uma realidade, pois o governo Lula se manteve fiel às políticas liberalizantes, apesar da superação da fase mais ortodoxa do modelo. E como toda biblioteca é moldada de acordo com os padrões e valores culturais das instituições na qual estão inseridas, as bibliotecas universitárias também se mantêm sob a forte influência desse ideário.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-25.

\_\_\_\_\_. As formas contemporâneas de trabalho e desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (org.); YAZBEK, Maria Carmelita (org). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luis: FAPEMA, 2006b. p. 41-51.

BARBOSA, M. L. A. A biblioteca e os bibliotecários como atores de políticas de informação voltadas para o desenvolvimento. In: CINFORM – Encontro Nacional de Ciência da Informação, 5, 2004, Salvador. **Proceedings...** Disponível em: [www.cinform.ufba.br/v\\_anais/artigos/marileneloboabreu3.html](http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/marileneloboabreu3.html)(15 de 32). Acesso em: 21 set. 2007.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda dos direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BIRDSALL, W. F. Uma economia política da Biblioteconomia? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.1-8, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/viewarticle.php?id=108> . Acesso em: 23 set. 2007.

BOTTOMORE, T. (Ed.) **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARVALHO, I. C. L. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Niterói, RJ: Intertexto, 2004.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. **Educação superior no Brasil**: reestruturação e metamorfose das universidades públicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In: Trindade, Hélió (org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 211-222.

CHAUÍ, M.; CARDOSO, S. Revitalizar a universidade pública. **Teoria e Debate**, n. 57, p. 1-10, mar./abr., 2004. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3181>. Acesso em: 30 set. 2007.

COSTA, F. A. **Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia**: questões para o desenvolvimento sustentável. Belém: CEJUP, 1998.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LEHER, R. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: GENTILI, P. (org.). **Universidades na penumbra**: neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001. p. 151-187.



LUBISCO, N. M. L. A biblioteca universitária e o processo de avaliação do MEC: alguns elementos para o planejamento da sua gestão. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias-SNBU, 12., 2002, Recife. **Anais...** Disponível: <http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/117.a.pdf>. Acesso em: 21 set. 2007.

MENEGHEL, S. M. A crise da Universidade moderna no Brasil. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação-ANPED, 25., 2002, Caxambu. **Conferência**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/stelamariameneghelt11.rtf>. Acesso em: 30 set. 2007.

MIRANDA, A. Biblioteca universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática. In: **Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias-SNBU**, n.1, 1978, Niterói. Disponível em: [http://www.antoniomiranda.com.br/cienciainformacao/biblioteca\\_universitaria.pdf](http://www.antoniomiranda.com.br/cienciainformacao/biblioteca_universitaria.pdf). Acesso em: 15 set. 2007.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho**. São Paulo : Boitempo, 2006. p. 27-44.

OLIVEIRA, L. R. **Biblioteca universitária**: uma análise sobre os padrões de qualidade atribuídos pelo Ministério da Educação ao contexto brasileiro. Campinas, SP, 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Disponível em: [www.puccamp.br/pos/teses\\_dissertacoes.aspx?id=2-59k-](http://www.puccamp.br/pos/teses_dissertacoes.aspx?id=2-59k-). Acesso em: 21 set. 2007.

OLIVEIRA, S. M. Correlação entre atuação de gerentes de S. I. e aspectos gerenciais considerados importantes. **Transinformação**, Campinas, v.12, n.2, p. 29-50, jul./dez. 2000.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios aos mínimos sociais. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

POCHMANN, M. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (org.); YAZBEK, Maria Carmelita (org.) **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luis: FAPEMA, 2006. p. 23-40.

RIBEIRO, M. S. P.; CURY, M. C. **Biblioteconomia da sociedade informatizada**: a reconstrução da identidade profissional. In: CASTRO, C. A. (Org.) **Conhecimento, pesquisa e práticas sociais em Ciência da Informação**. São Luís: EDUFMA, 2007. p. 201-223.

SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13, 2004, Natal. **Anais...**: (re)dimensão de bibliotecas universitárias: da gestão estratégica à inclusão social. Natal: UFRN/BCZN, 2004. 1 CD-ROM.

SILVA, A. M. M. **Bibliotecas universitárias federais da Amazônia** : desbravando fronteiras, administrando improvisos. São Luís, 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: [http://www.tedebr.ufma.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=386](http://www.tedebr.ufma.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=386). Acesso em: 30 out. 2009.

SILVA, I. G. S. **Democracia e participação na ‘Reforma’ do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

VOLPATO, S. M. B. **Natureza do trabalho do administrador de biblioteca universitária**. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/6867.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2007.